

CARLA REGINA BOLDRINI

***O SENSO COMUM E A PSICOLOGIA:
A Questão Da Linguagem No Trabalho Do Psicólogo***

Pontifícia Universidade Católica
São Paulo
2007

CARLA REGINA BOLDRINI

O SENSO COMUM E A PSICOLOGIA:
A Questão Da Linguagem No Trabalho Do Psicólogo

Trabalho de conclusão de curso como exigência
parcial para graduação no curso de Psicologia,
sob orientação do Prof^a. Dr^a. Denize R. Rubano

Pontifícia Universidade Católica
São Paulo
2007

“Quando eu uso uma palavra,” disse Humpty Dumpty (...), “ela significa exatamente o que quero que signifique: nem mais nem menos.”

“A questão é”, disse Alice, “se pode fazer as palavras significarem tantas coisas diferentes.”

“A questão”, disse Humpty Dumpty, “é saber quem vai mandar – só isto.”

(Carroll, L. – Através do Espelho, 2002)

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais que sempre me apoiaram e me deram a base sólida para ser quem sou hoje. E também a todos meus familiares que sempre botaram fé em mim como futura psicóloga.

Meu agradecimento a todos os professores que me ensinaram muito durante esses 5 anos. Principalmente às minhas orientadoras: Prof. Talita, que o tempo todo me apoiou a persistir neste tema de trabalho; e Prof. Denize que me ajudou na elaboração, tornando-o concreto. E também à Mary Jane e à Tina por me mostrarem qual caminho seguir para chegar a este fim.

Muito obrigado à Márcia, que durante todos esses anos tem me ajudado a me conhecer melhor e lutar pelas coisas que acredito.

E finalmente, e nem um pouco menos importante, meu grande agradecimento a todos meus amigos queridos, companheiros de jornada, que me proporcionaram momentos únicos de pura alegria. É com um grande sorriso que digo “VALEU!” à Marina M., Vitor, Paulo G., Renata, Marina T., Débora, Paulo O., Rafael, Mariana, Vivian e Leonardo, por me fazerem manter esse sorriso uma constante sempre presente no meu dia-a-dia.

7.07.05.00-3 - Psicologia Social

Carla Regina Boldrini : O Senso Comum e a Psicologia: A questão

Orientadora: Denize R. Rubano

Palavras-chave: psicologia social; senso comum; linguagem.

RESUMO

Como o principal instrumento de trabalho da psicologia é a linguagem, é importante que o profissional consiga falar a mesma "língua" que seu público alvo. Este trabalho foi desenvolvido a partir desta idéia, na tentativa de expor como o conhecimento do senso comum é apropriado pela psicologia. Alguns pensadores da psicologia investigaram o conhecimento do cotidiano e, de maneira geral, a psicologia tende a explicar a formação do fenômeno senso comum como uma construção social da realidade. Este trabalho tenta mostrar as principais teorias, tanto sociológicas quanto psicológicas, que contemplam o conhecimento do senso comum no campo de atuação do psicólogo. Busca, também, discutir formas de incorporar essa visão do senso comum no trabalho prático de psicoterapia. Assim, propõe-se uma visão que poderia ajudar no trabalho do psicólogo, destacando a valorização e a adaptação da linguagem do senso comum trazida pelo cliente e/ou sujeito. Discute-se a possibilidade de se alcançar uma melhor comunicação entre o psicólogo e a pessoa "comum", tornando a conversa terapêutica um diálogo horizontal.

Sumário

I. Introdução	6
II. Psicologia, ciência e senso comum	11
Ciência x Senso Comum.....	11
Psicologia como ciência	15
O pensamento pós-moderno e a construção do social	18
O cotidiano como objeto da Psicologia	23
III. Análises do social através da linguagem	26
Etnometodologia	26
Representação Social.....	28
Construcionismo	34
Produção de sentidos no cotidiano	36
IV. O Senso Comum no Processo Terapêutico	42
Investigações sobre a linguagem no processo terapêutico: a relação terapeuta-cliente ..	42
Construcionismo e o trabalho terapêutico	46
V. Considerações Finais	53
VI. Referências Bibliográficas	56

I. Introdução

O Brasil é o sexto país mais populoso do mundo e essa grande população é formada por diferenças culturais marcantes. A realidade brasileira é formada por múltiplas culturas, onde convivem índios, africanos, japoneses, europeus e várias outras etnias bem como seus descendentes, num contexto de desigualdade socioeconômica. Por ser um país muito grande, cada região possui um consenso comum de valores, crenças e tradições específicas.

A Psicologia Brasileira tem que estar preparada para lidar com essas diferentes culturas, para melhor atender a população. Como o principal instrumento de trabalho da psicologia é a linguagem, é importante que o profissional consiga falar a mesma "língua" que seu público alvo. Para isso é preciso haver uma adaptação da linguagem do psicólogo à linguagem das pessoas com as quais irá trabalhar, sejam elas clientes ou outros profissionais.

Sendo o senso comum um conhecimento do cotidiano, no qual o indivíduo se baseia ao entrar em contato com o mundo ao seu redor, pode-se denominá-lo uma forma de saber mais prático, que faz circular pela sociedade, através do diálogo e experimentação, informações tidas como verdadeiras. O mundo de hoje é bombardeado por informações por toda parte, através dos meios de comunicação, tornando o conhecimento científico cada vez mais acessível à população. Porém esta informação que circula numa determinada sociedade é re-apropriada de acordo com os saberes e valores locais de seus cidadãos, adquirindo assim, um novo sentido (Araújo, 2003).

A importância da diferenciação entre o conhecimento científico e o senso comum já aparece no campo da saúde como uma preocupação. Os responsáveis pela promoção de saúde se conscientizaram de que é preciso considerar o conhecimento prévio, existente na população, sobre o que é saúde e o que é doença, condição para que possa haver uma comunicação entre os agentes. Um estudo que explicita esta necessidade e considera o saber popular como um veículo para a promoção de saúde, foi o realizado por Keller em 1991, no qual é proposta uma tentativa de mudança no trato com a

população, avaliando primeiro quais são as expectativas e crenças que já existem sobre determinadas doenças para, a partir disso, propor uma conscientização na prevenção das doenças e também na promoção da saúde.

No campo da saúde, a construção de um conhecimento implica em uma interação comunicacional, que considere a importância do conhecimento científico sobre as doenças, porém sem negar a experiência da enfermidade e o conhecimento comum das pessoas (Carvalho, 2001). A relação dinâmica entre o senso comum e a ciência se torna evidente, no texto *O processo de construção compartilhada de conhecimento* (Carvalho, 2001) em que é proposta uma investigação científica do ponto de vista popular, possibilitando a formulação de uma teoria que seria desenvolvida fundamentalmente a partir da prática.

Esta relação explorada no campo da saúde “física” pode ser adaptada para a saúde mental, auxiliando no processo de conhecimento da sociedade pela psicologia e na formação de uma população mais consciente da importância da psicologia para o bem-estar social. É a partir desta idéia que este trabalho foi desenvolvido, na tentativa de expor como o conhecimento do senso comum é apropriado pelos campos de estudo e atuação da psicologia.

Alguns pensadores da psicologia investigaram o conhecimento do cotidiano e, de maneira geral, a psicologia tende a explicar a formação do fenômeno senso comum como a associação entre os sistemas de pensamento e as práticas sociais. O indivíduo elabora um conhecimento prático que visa compreender o mundo, constrói um caráter expressivo de valoração (o que possibilita a comunicação) e interpreta a realidade, fazendo a sua representação sobre o fenômeno. (Spink,2004).

O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas, na dinâmica das relações sociais, historicamente datadas e culturalmente localizadas, constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com situações e fenômenos à sua volta (Spink ,2004 p.48).

A atuação do psicólogo é sempre social, no sentido de que influencia e é influenciada pela sociedade. Na sua conduta, de acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, não pode haver discriminação e/ou indução de valores no trabalho com o ser humano; o psicólogo deve aceitar o outro como este se apresenta.

“O senso comum só se supera a partir dele e não com o desprezo arrogante dos elitistas por ele” (Freire, P., 1995 P.28). Essa reflexão de Paulo Freire indica pelo menos uma implicação para o trabalho do psicólogo: a de que essa superação acontece somente quando a relação entre psicólogo e cliente se faz de uma forma horizontal, isto é, falando a mesma língua.

O objetivo geral deste trabalho é discutir a possibilidade de modificação do sentido do “senso comum” no trabalho psicológico, pois sob o olhar científico, estes conhecimentos do cotidiano acabam sendo menosprezados como objetos de estudo, tanto no meio acadêmico quanto na atuação do psicólogo. Assim, pretende-se explicitar os avanços que a psicologia já realizou com a valorização do senso comum como conhecimento e também as implicações do conflito existente entre a linguagem do psicólogo e a de seu cliente no campo clínico.

Deste modo, este trabalho foi desenvolvido teoricamente, mostrando o que já foi produzido sobre este assunto. Foi dividido em três partes que expressam a tentativa de discutir estas questões, contextualizando-as historicamente.

A primeira parte, intitulada **Psicologia, Ciência e Senso Comum**, discute a psicologia como ciência e sua relação com o contexto social, expondo as principais idéias do pensamento pós-moderno que incentivaram o surgimento de uma psicologia social crítica. A Psicologia Social surgiu numa tentativa de tornar a psicologia mais atuante na sociedade, indo contra os trabalhos realizados pela disciplina na época (anos 70), conduzidos em laboratórios. Essa atuação pretendeu fazer uma reflexão crítica sobre a naturalização do fenômeno psicológico que implicava numa despolitização do saber. Para isso acontecer utilizou como base o conhecimento de diferentes

áreas de investigação: a História, a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia e também o conhecimento do senso comum, principalmente as idéias provenientes de uma visão sociológica de que os conhecimentos são produtos de construções derivadas do que acontece no cotidiano.

A segunda parte, **Análises do social através da linguagem**, expõe as principais teorias que contemplam o conhecimento do senso comum em seu estudo: Etnometodologia e abordagens que decorrem do trabalho de pesquisa no campo da Psicologia Social - Teoria da Representação Social, Construcionismo e Produção do Sentido.

A etnometodologia é uma corrente de pesquisa da sociologia que busca investigar o senso comum socialmente construído, isto é, como os indivíduos desenvolvem concepções sobre o mundo.

Na tentativa de entender como é feita a apropriação do conhecimento científico pelo senso comum, Moscovici desenvolveu o conceito de Representação Social. O senso comum, na perspectiva das representações sociais, é visto como um modelo de construção de saberes, segundo o qual uma realidade é construída fora do padrão científico de conhecimento. Tal conhecimento tem seu valor no campo da psicologia, pois a partir dele se consegue compreender a ação do homem na sociedade e são obtidos elementos que contribuem para o entendimento do indivíduo e de sua subjetividade.

A Psicologia Social também tem como uma das abordagens teóricas o Construcionismo, que tem como pressuposto a noção de que o indivíduo é produto de uma construção social. Há uma preocupação em explicar os processos sociais a partir do relato do próprio indivíduo sobre o mundo do qual faz parte. O construcionismo percebe a linguagem como fator central para a objetivação da realidade de uma dada sociedade.

Daí surge a concepção de produção de sentidos no cotidiano, que analisa o contexto discursivo. Entendido como forma institucionalizada da linguagem, o discurso passa a ser elemento para a investigação da produção de sentido. O contexto de emergência e desenvolvimento da linguagem é um

fator de extrema importância para o entendimento deste fenômeno. A forma utilizada pelas pessoas, por meio da linguagem, de produzir sentido e se relacionar na (e com a) vida cotidiana é entendida como prática discursiva pela Psicologia Social Construcionista.

A última parte, **O Senso Comum no Processo Terapêutico**, desenvolve a discussão sobre as linguagens presentes no processo terapêutico. Para expor tal discussão este capítulo é apresentado em duas partes: a primeira, que mostra os problemas existentes na relação terapeuta x cliente através dos dados de uma pesquisa realizada em uma clínica escola; a segunda parte discorre sobre a aplicação dos fundamentos construcionistas no trabalho de alguns psicólogos contemporâneos.

II. Psicologia, ciência e senso comum

Ciência x Senso Comum

A ciência é um campo de estudo dos fenômenos, é um sistema intelectual que procura explicar “porque” e “como” os eventos ocorrem. Estas explicações precisam ser ao mesmo tempo sistemáticas e metódicas, características que distinguem o conhecimento científico de outras formas de conhecer. A ciência está sempre em busca de leis universais que irão descrever como a realidade funciona, na tentativa de criar uma linguagem única e universal de conhecimento sobre o mundo.

O conhecimento científico é obtido através de uma investigação sistemática, crítica e que se pretende objetiva sobre um dado objeto. São propostas hipóteses a serem testadas e para isso são elaborados e implementados planejamentos e procedimentos. A concordância entre investigadores constitui-se num dos critérios de avaliação do conhecimento. Assumi-lo implicará em admitir que os resultados obtidos somente serão considerados válidos, se ao se repetir os procedimentos em outro momento, for possível alcançar os mesmos resultados, e para que isso aconteça é fundamental que um trabalho científico seja conduzido segundo uma metodologia.

Enquanto tentativa de explicar a realidade, a ciência caracteriza-se por ser uma atividade metódica. É uma atividade que, ao se propor conhecer a realidade, busca atingir essa meta por meio de ações passíveis de serem reproduzidas. O método científico é um conjunto de concepções sobre o homem, a natureza e o próprio conhecimento, que sustentam um conjunto de regras de ação, de procedimentos, prescritos para se construir conhecimento científico. (Andery et al, 2002, p. 14).

O método pode ser denominado estritamente como um conjunto de procedimentos ordenados e que possuem uma independência da natureza dos

objetos de estudo (Granger,1994). O método não é único, porém a ciência como forma de conhecimento pode, em linhas gerais, ser caracterizada por três traços fundamentais:

-a ciência é uma visão da realidade; através de seus conceitos e leis se apresenta como uma representação abstrata do que é o real;

-seu principal objetivo é descrever e explicar os fenômenos;

-o uso de critérios de validação; o conhecimento deve poder tornar-se público e acessível ao controle de outros cientistas. “A verificação de um fato científico depende, pois, de uma interpretação, mas de uma interpretação ordenada, no interior de uma teoria explícita” (Granger,1994, p. 48).

Na vida cotidiana não há um método que dirija a ação e nem este se apresenta de forma sistemática: constrói-se um conhecimento empírico que se baseia na vivência para a resolução dos problemas do dia-a-dia. No ato de realizar algo na vida comum não existe uma reflexão crítica sobre o porquê tal fazer gera determinado resultado. Isso faz com que o senso comum seja considerado pelos intelectuais um conhecimento ingênuo.

O termo “senso comum” teve sua denominação no campo da filosofia, reconhecido como um conhecimento vulgar. Refere-se aos saberes adquiridos na vida cotidiana e que são transmitidos por meio da tradição dentro de um determinado grupo social. São conseqüências de um espírito de curiosidade do homem e da sua necessidade de sobrevivência, e a partir desta relação que o homem estabelece com o mundo, surgem as mais diferentes explicações sobre os fenômenos. São freqüentes as explicações ligadas a forças externas ao homem, principalmente a divindades (Araújo, 2003).

Seriam certezas que permitem interpretar a realidade, avaliá-la e assim apropriar-se de valores que determinam a forma de agir no mundo. O senso comum é um conhecimento “puro da realidade” que dá base para que o sujeito faça seus projetos e julgamentos e construa suas convicções. A filosofia nomeia esta forma de conhecimento do *senso comum* numa tentativa de opor-se a essa forma de pensar, pois tem como objetivo a superação desse conhecimento “superficial” e aquisição de uma abordagem crítica e coerente sobre a realidade, visando à transformação do senso comum em bom-senso

(capacidade de discernir, avaliar e julgar questões concretas da realidade). (Aranha, 1993).

Chauí (1994) define o senso comum como subjetivo, porque exprime uma opinião individual ou de um grupo coeso. Cada fato é considerado em suas peculiaridades, porém fatos semelhantes podem ser associados, constituindo generalizações. O senso comum dá qualidade aos eventos da vida cotidiana, determinando valores como “o melhor” e “o pior” a ser feito, e definindo também conseqüências para determinados comportamentos. A autora também destaca que o senso comum admira a diferença, mas existe um medo de confrontá-la, cristalizando-se, assim, preconceitos e interpretações da realidade.

De acordo com Santos (2000) o senso comum gera uma segurança na ação no mundo, pois, por ser prático, tem como base a experiência de vida que é transmitida, através da retórica e de metáforas, de geração a geração, e essa correspondência com o passado inspira confiança na ação presente. Por esse motivo há uma desconfiança do que não é conhecido ou não é acessível.

A ciência parte da mesma premissa da importância da vivência prática e aparece na tentativa de tornar os saberes adquiridos no cotidiano um conhecimento “mais verdadeiro”. Para isso põe em prática o conhecer de um modo mais organizado, exigindo que exista um planejamento prévio que explicita cada parte do processo por meio do qual se pretende chegar a um determinado resultado.

A distinção entre ciência e senso comum pode ser feita tanto a partir da ciência como do senso comum, mas o sentido é diferente em cada um dos casos. Quando é feita pela ciência, significa distinguir entre conhecimento objectivo e mera opinião ou preconceito. Quando é feita pelo senso comum, significa distinguir entre conhecimento incompreensível e prodigioso e um conhecimento óbvio e obviamente útil. Por conseguinte, a distinção está longe de ser simétrica. Além disso, quando feita na perspectiva da ciência, essa distinção tem um poder que é excessivo face ao conhecimento que a torna possível. Como qualquer conhecimento especializado e institucionalizado, a ciência tem o poder de definir situações que ultrapassam o conhecimento que elas detêm. É por isso que a ciência

pode impor como ausência de preconceitos, o preconceito de pretender não ter preconceitos. (Santos, 1989, p. 107).

Essa diferença entre o conhecimento comum e o científico ou filosófico, foi vista por Santos (2000) de uma forma mais positiva, indo ao encontro de uma primeira ruptura epistemológica proposta por Bachelard nos anos 70, segundo a qual a concepção do conhecimento se separa em ciência e senso comum. A partir disso, Santos propõe a idéia de uma dupla ruptura epistemológica, apontando que a ciência e o senso comum são dois focos num mesmo fenômeno, sendo, sim, opostos entre si, porém um não existindo sem o outro. Afirma que *“Em suma, o senso comum é tão moderno quanto a própria ciência moderna”* (2000, p. 107) e assim mostra que o conhecimento do senso comum é algo presente mesmo depois da emancipação científica, e que, por isso, esta forma de conhecer o mundo tem que ser valorizada.

Santos faz uma caracterização positiva do senso comum que propõe fazer do conhecimento científico um senso comum, ou seja, haveria a transformação do senso-comum em um conhecimento emancipatório. Isso pode acontecer se houver um rompimento com a mentalidade conservadora presente nas culturas, indo em busca de uma forma autônoma de adquirir novos saberes e de um enriquecimento na relação homem-mundo.

No meio acadêmico, que se pauta pelo saber científico, o desprezo pelo “senso comum” é algo evidente. A inserção neste meio carrega a exigência de que se esqueçam os conhecimentos anteriores, que não possuem qualquer base científica, e seja formulado um novo modo de pensar e de ver a realidade.

Psicologia como ciência

O século XIX foi marcado por grandes transformações econômicas, políticas e sociais. Estas transformações emergem no bojo da mudança do modo de produção feudal para a produção capitalista. A partir das mudanças sociais e políticas vindas com a Revolução Industrial, ocorre uma predominância do trabalho intelectual sobre o manual e da razão sobre a emoção. Com essas mudanças nos ideais há uma quebra dos valores e normas da tradição européia, fazendo com que as pessoas mudem sua forma de se relacionarem, tendo como respaldo não mais as normas sociais e sim seus próprios sentimentos e percepções.

Nesse processo vai se constituindo uma nova concepção de homem e de mundo, segundo a qual o raciocínio individual passa a ser valorizado e a noção de subjetividade se constitui. O funcionamento da sociedade capitalista traz uma perspectiva de Homem como um indivíduo livre e independente; nesse contexto, a subjetividade passa a ser entendida como uma experiência individual privada, universal e profunda. Essa nova concepção de Homem enfatiza não somente a individualidade, mas também os sentimentos. (Figueiredo, 2002).

Nessa nova perspectiva surge uma abertura para as ciências, principalmente as ciências humanas. É neste contexto a psicologia surge numa tentativa de investigar o ser humano: o que o constitui e como funciona. Para que esse novo conhecimento conquistasse espaço como empreendimento científico era preciso desenvolver um método de investigação e controle da subjetividade.

A psicologia começa sua história no meio científico na segunda metade do século XIX na Europa, com investigadores, denominados “psicofísicos”, que começaram a estudar os órgãos dos sentidos, pois se entendia que é através deles que o mundo externo é percebido. Surge então um foco maior no funcionamento do cérebro, e o reflexo e as sensações passam a ser objetos de estudos científicos (Bock, 1999).

Em 1875, Wundt apresenta a psicologia como uma nova ciência, intermediária entre a biologia e a sociologia, cujo objeto de estudo seria a experiência imediata do indivíduo.

Experiência imediata é a experiência tal como o sujeito a vive antes de se pôr a pensar sobre ela, antes de comunicá-la, antes de 'conhecê-la'. É, em outras palavras, a experiência tal como se dá. (Figueiredo, 2002, p. 59).

Wundt sugeriu duas formas de estudo do psicológico: uma psicologia experimental, que se utiliza de um método controlado em laboratório para pesquisar os processos mentais e fisiológicos do comportamento humano; e uma psicologia social, que pretendia analisar os fenômenos culturais (como a linguagem) e os mecanismos mentais de elaboração desses fenômenos (pensamento) por meio de estudos dos produtos sócio-culturais.

A partir de Wundt, outros pensadores, como Titchener, Skinner, Piaget, Freud e vários outros, passaram a formular abordagens que tinham como propósito desenvolver um método objetivo de fazer psicologia. Todas as abordagens se constituíram como esforços para que a ciência psicológica pudesse dar conta de compreender o homem e seu contato com o mundo.

O objeto de estudo da psicologia, como toda ciência humana, é o homem, porém cada abordagem apresenta um foco, uma concepção de homem diferente. Assim, o modo de olhar e estudar o objeto também é diferente, dificultando a criação de um método único e “objetivo” (Bock, 1999). Esta “falta” metodológica gera um constante questionamento na definição da psicologia como ciência.

Um dos motivos levantados por Figueiredo (2002) para essa não unificação metodológica é o fato de que a psicologia é uma ciência muito nova. Além disso, há uma diversidade de fenômenos que podem ser o foco de estudo de um psicólogo que são inacessíveis através de um único método, tornando necessário a existência de diferentes níveis de observação e pesquisa para se chegar a um (quase) todo.

Outro fator importante é que a realidade pesquisada cientificamente acaba sempre sendo construída a partir do olhar do pesquisador, e nas ciências humanas o pesquisador é de certa forma o próprio objeto de estudo (principalmente na psicologia), o que acaba “quebrando” a supostamente necessária neutralidade científica (Demo,1995).

Os estudos psicológicos científicos começaram e se desenvolveram sempre marcados por essa contradição: por um lado, a ciência moderna pressupõe sujeitos livres e diferenciados – senhores de fato e de direito da natureza; por outro, procura conhecer e dominar essa própria subjetividade, reduzir ou mesmo eliminar as diferenças individuais de forma a garantir a “objetividade”, ou seja, a validade intersubjetiva dos achados. Em contraposição (...) muitos psicólogos repudiam essa meta de conhecer para dominar os meandros da subjetividade e afirmam, ao contrário, que o que interessa é conhecer esses aspectos profundos e poderosos do ‘eu’ para dar-lhes voz, para expandi-los, para fazê-los mais fortes e livres. É claro que os que pensam assim querem fazer da psicologia uma ‘ciência’ sui generis não só por ter um campo e um objeto próprios, mas por adotarem, em relação às demais ciências, outros métodos e outras metas. (Figueiredo, 2002, p. 57)

Sendo a psicologia uma ciência humana, biológica e social, emerge a necessidade de uma discussão sobre uma forma mais maleável de fazer ciência, incluindo o critério de “discutibilidade”, que postula que só pode ser considerado científico o que for discutível, isto é, aquilo que for visto e dialogado a partir dos olhares das diferentes áreas da ciência humana (Demo, 1995).

Essa idéia pauta a perspectiva hoje vigente de que a psicologia é uma ciência biopsicosocial, isto é, o psíquico é produto de uma somatória de influências. Não há como negar que fatores políticos, biológicos e sociais têm influência direta na saúde mental, o que implica o envolvimento de diferentes disciplinas, como a sociologia, antropologia, biologia entre outras, para se estudar criticamente o ser humano como multideterminado (Bock, 1999).

O pensamento pós-moderno e a construção do social

Neste caminho de integração com outras ciências humanas, a psicologia começa a ampliar seu foco do individual para o social, se apropriando de estruturas sociológicas. A sociologia é um campo de estudo que aparece no mesmo período histórico que os primeiros projetos de psicologia, e como disciplina científica vai em busca de um método próprio para estudar o fenômeno social. Busca entender, a partir das relações humanas, como uma sociedade se forma e suas influências na vida do homem (Giddens, 1984).

Uma sociedade é um grupo, ou sistema, de modo institucionalizado de conduta. Falar de formas 'institucionalizadas de conduta social' é referir-se a modalidades de crenças e comportamentos que ocorrem e recorrem (...) no tempo e no espaço. A linguagem é excelente exemplo de uma forma de atividade institucionalizada, ou instituição, por ser tão fundamental para a vida social. (Giddens, 1984, p.15)

A partir dos anos 70 foram produzidas importantes reflexões críticas quanto à naturalização dos fenômenos sociais e à despolitização das ciências, dando início às principais vertentes da pós-modernidade. Com a quebra de tradições proposta pelo pensamento pós-moderno surge uma visão mais crítica sobre os produtos das ciências, numa tentativa de rever e propor novos conceitos.

Para adotar esse novo raciocínio foi preciso que alguns conceitos fossem repensados, como a dicotomia Sujeito x Objeto, pois ambos passaram a ser vistos como socialmente construídos não havendo independência entre estes. As idéias pós-modernas partem de uma desconstrução da retórica da verdade, na qual há uma crítica da legitimação de um conhecimento associado ao método científico. Para se construir a verdade é preciso conhecer o que aparece na realidade social, como são as relações dentro do acordo estabelecido entre membros da sociedade e instituições. (Rorty, 1994).

Rorty (1994) questiona a neutralidade da ciência, pois de certa forma uma ciência vai sempre responder as questões presentes no meio sociocultural

em que está inserida. Assim, o ideal científico de buscar uma verdade única se quebra, o conhecimento deixa de ser um reflexo direto do real e são discutidas as implicações práticas da ciência, buscando fazer um paralelo entre o conhecimento e a sociedade.

Descobrir algo epistemológico aprendendo características da 'linguagem do pensamento' somente seria possível se, entre o vocabulário científico usado pelos mecanismos sensoriais e os vários vocabulários conscientemente usados pelos sujeitos, houvesse um vocabulário usado como processador; um conhecimento desse vocabulário ajudara o sujeito a descobrir a verdade sobre as coisas em geral. (Rorty, 1994, p. 247)

Uma importante mudança no pensamento filosófico ocidental foi o fato de que a perspectiva central deixava de ser somente o âmbito da consciência humana, destacando-se a importância da linguagem como forma de produzir conhecimento e construir a realidade. Este “evento” é denominado Virada Lingüística, tendo como principais percussores os filósofos Wittgenstein, Russell, entre outros. É proposta uma alteração no paradigma, segundo a qual o sujeito em si e a sua consciência são os elementos centrais para um novo método de análise do pensamento, tendo a linguagem como objeto de estudo.

Até então a linguagem era vista como simplesmente um reflexo da realidade, mas Wittgenstein (1979) lança a noção de linguagem como ação: uma atividade que envolve significação e esta se dá através de redes formadas no contexto de crenças de uma cultura. Isso significa que para entender determinada fala é preciso estar situado diante do padrão de ação em que está inserida. Wittgenstein chamou de ‘jogo de linguagem’ esse movimento presente nas palavras e sentenças, essa capacidade de assumir diferentes significados dependendo do contexto.

Com esta nova perspectiva, o homem passa a ser visto como construído socialmente a partir de suas relações com a realidade, apropriando-se desta de forma subjetiva e particular. Uma das principais obras deste movimento foi o livro: “A construção da realidade social” (1976) de Berger e Luckman. Este trabalho surge como produto do primeiro movimento das ciências humanas que

valorizava a vida cotidiana: a Sociologia do Conhecimento, que tem o produto do senso comum como foco do conhecimento. Busca fugir de conteúdos teóricos, pois afinal, é a partir deste conhecimento do senso comum que uma sociedade é construída, e a sociologia do conhecimento pretende conhecer como isso ocorre.

Berger e Luckman (1966/1976) lançaram uma nova vertente da sociologia que tem como propósito a compreensão da realidade da vida cotidiana como um campo de estudo com base nas significações do mundo intersubjetivo do senso comum. Esta forma de conhecimento é puramente empírica e é construída pelos próprios membros da sociedade determinando o que é realidade em determinado meio social.

O método escolhido pelos sociólogos para o estudo da vida cotidiana foi a análise fenomenológica, que é um método descritivo dos fenômenos tal como estes se apresentam. Partindo deste pressuposto a realidade do senso comum pode ser analisada de forma mais pura, abstendo-se de pré-concepções e partindo diretamente para o empírico. Viabiliza-se, assim, a análise em diferentes sociedades, e das diferentes interpretações que cada uma constrói sobre um mesmo fato.

Para cada membro da sociedade a realidade se apresenta como única, pois é possível entrar em contato com diferentes esferas de realidade tanto internas, quanto externas, constituindo assim um mundo próprio de cada um. Concomitantemente à relação do sujeito com o mundo que o cerca, sua relação com o tempo, o espaço e a linguagem são determinados e objetivados dentro de um padrão independente do próprio sujeito, já que ele sempre estará imerso em uma teia de significações e relações que são estabelecidas em seu meio social. (Berger e Luckman, 1976)

A realidade da vida cotidiana aparece já objetivada, isto é, constituída por uma ordem de objetos que foram designados como objetos antes da minha entrada na cena. A linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim .(Berger e Luckman, 1976, p. 38)

Os autores acreditam que apesar de haver um mundo 'individual', este mundo se torna real se estiver inserido em uma intersubjetividade, ou seja, a relação e a comunicação com os outros sujeitos são os determinantes da realidade na vida cotidiana. "O conhecimento do senso comum é o conhecimento que eu partilho com os outros nas rotinas normais, evidentes da vida cotidiana" (1976, p.40). Fora das rotinas da vida cotidiana a tendência é moldar a realidade desconhecida aos moldes do mundo próprio; o conteúdo estranho é 'traduzido' para a linguagem comum.

A realidade da vida cotidiana está organizada em torno do 'aqui' de meu corpo e do 'agora' do meu presente. Este 'aqui e agora' é o foco de minha atenção à realidade da vida cotidiana. (Berger e Luckman, 1976, p 39)

Os sinais são os principais meios utilizados para a objetivação da subjetividade humana. A significação dos signos se dá pelas palavras e gestos, e estes são sempre produtos de uma intenção humana. A linguagem é um caminho socialmente construído, em um meio comum, para a troca de significações.

A vida cotidiana é sobretudo a vida com a linguagem, e é por meio dela, que participo com meus semelhantes. A compreensão da linguagem é por isso essencial para minha compreensão da realidade da vida cotidiana.(Berger e Luckman, 1976, p. 57)

Em cada cultura a linguagem possui suas regras de utilização (gramaticais, semânticas, etc.), mas ela sempre vai possuir a abertura para uma transcendência da realidade, tornando o homem capaz de formular novas realidades através da capacidade simbólica.

Na realidade o homem sempre está em relação com o outro e esta experiência se torna mais completa no contato face-a-face. Neste contato há uma troca de subjetividades, o outro se apresenta na sua forma mais real e o

'aqui-e-agora' de cada um se encontra, havendo um intercâmbio amplo de significados. Essa inter-relação é bastante flexível, porém existem padrões da interação dentro da rotina da vida cotidiana. A relação humana é expressa por objetivações que são comuns entre os sujeitos, fator fundamental para que a comunicação se torne efetiva, sendo esse o caminho primordial para a troca de subjetividades.

A realidade da vida cotidiana contém esquemas tipificadores em termos dos quais os outros são apreendidos, sendo estabelecidos os modos como 'lidamos' com eles nos encontros face-a-face. (Berger e Luckman, 1976, p. 49)

A estrutura social é a soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas. Assim sendo, a estrutura social é um elemento essencial da realidade da vida cotidiana. (Berger e Luckman, 1976, p. 52)

O cotidiano como objeto da Psicologia

Um dos primeiros pensadores da psicologia que incorporou essa visão de homem como um ser social e histórico foi Vigotski (1924), que criticou pensamento dicotômico de mundo interno x mundo externo vigente na época como algo que deteriorava a psicologia como ciência. Para Vigotski a origem e a base do comportamento individual estão nas condições sociais, rompendo assim a idéia de uma natureza humana. (Kahhale, 2002)

O modelo positivista dominante no começo do séc. XX exigia que a psicologia, para ser considerada uma ciência, deveria ter um método para poder prever e controlar o comportamento humano. Até no campo da psicologia social o trabalho de campo foi deixado de lado para que fossem estudados em laboratórios os modos de atuação e qualificações das atitudes humanas. Os estudos eram baseados somente na observação e na análise dos comportamentos humanos em ambiente natural. Deste modo as concepções eram formadas a partir dos estudos de processos psicológicos individuais e o social passava a ser compreendido como a soma dessas condutas particulares. (Kahhale, 2002)

Neste mesmo período começam a surgir novas correntes que tinham como propósito o estudo dos processos sociais, levando a uma importante mudança metodológica no estudo da psicologia social. As relações sociais deixam de ser vistas amplamente como proposto pela sociologia e passam a ser percebidas nos pequenos núcleos da vida cotidiana. Dois fortes exemplos são: Freud em “Psicopatologia da vida cotidiana” (1901/1966); e Goffman em “Representação do eu na vida cotidiana” (1959/2001). Ambos formulam teorias que têm as ações das ‘pessoas comuns’ como foco: Freud faz uma análise dos lapsos de linguagem que acontecem no cotidiano; e Goffman analisa os comportamentos sociais dentro de uma perspectiva da dramaturgia, onde os indivíduos são vistos como atores.

As idéias provenientes do pensamento pós-moderno influenciaram o estudo psicológico das sociedades e esta nova visão passa a ser denominada de Psicologia Social Crítica. Essa nova vertente surge contrariando o ideal da psicologia baseado somente no indivíduo, e a vida cotidiana passa a ser parte

fundamental na análise das sociedades no campo da psicologia. O principal instrumento para o estudo das relações sociais passa a ser a linguagem, pois é através dela que a realidade é objetivada por meio da significação. (Kahhale, 2002)

A linguagem materializa e constitui as significações construídas no processo social e histórico. Assim, ao apropriar-se dela, o homem tem acesso às significações historicamente produzidas. Este homem irá significar suas experiências e são estas significações que constituirão sua consciência, mediando assim suas formas de sentir, pensar e agir. (Kahhale, 2002, p.274)

A expressão humana se dá através dos significados, que são partilhados e públicos. No cotidiano, as pessoas organizam suas experiências e os conhecimentos adquiridos e a estes atribuem significados. Um dos psicólogos que parte desses pressupostos foi Bruner (1990/1997), que afirma que esse sistema criado no meio social é denominado de psicologia popular, ou, como é mais conhecido: senso comum.

Todas as culturas têm como um dos seus mais poderosos instrumentos constitutivos uma psicologia popular, um conjunto de descrições mais ou menos conectadas, mais ou menos normativas, sobre como os seres humanos “pulsam”, como é a nossa própria mente e como são as dos outros, o que podemos esperar que seja uma ação situada, quais são os estilos de vida possíveis, como nos comprometemos com eles e assim por diante. (Bruner, 1997, p. 40)

O autor traz a idéia de que todo ato humano tem uma intencionalidade e sua ação acontece imersa em um meio cultural. Um dos fundamentos “óbvios” da psicologia popular é que as pessoas possuem desejos e crenças, e estes têm a atemporalidade como uma característica comum. Isso porque as crenças e desejos não estão voltados somente para o presente, mas também para o passado e para o futuro. A psicologia popular lida com o relacionamento entre o dizer e o agir e os significados dessa relação (homem x cultura). A ação e a

fala não se separam de um significado e essa relação só pode ser interpretável no contexto comum da cultura.

O significado atribuído à maioria das ações dos participantes de qualquer encontro cotidiano depende do que eles dizem uns aos outros, antecipadamente, simultaneamente ou após terem agido. (Bruner, 1997 p. 26)

Para Bruner, a narrativa como a forma de comunicação presente no mundo do ser humano é o caminho ideal para se ter acesso ao significado. A narrativa tem como características principais a seqüencialidade e a “indiferença factual”. Isto quer dizer que um discurso existe sempre numa seqüência singular e num contexto, e só assim é possível extrair um significado, independente de os fatos relatados serem reais ou não.

Ela (a narrativa) lida com o material da ação e da intencionalidade humana. Ela intermedeia entre o mundo canônico da cultura e o mundo mais idiossincrático dos desejos, crenças e esperanças. Ela torna o excepcional compreensível e mantém afastado o que é estranho, salvo quando o estranho é necessário como um tropo. Ela reitera as normas da sociedade sem ser didática. (...) Ela pode até mesmo ensinar, conservar a memória, ou alterar o passado. (Bruner, 1997, p. 46)

A psicologia popular descobre a narrativa como o caminho para a organização da experiência humana, e a partir dela é possível expandir as possibilidades de acesso ao ser humano por meio dos significados atribuídos à realidade dentro de um contexto cultural.

Muitos psicólogos, lingüistas, antropólogos e um número crescente de filósofos se queixam de que a dependência do significado em relação às condições de ‘verificação’ deixou virtualmente intocado o conceito humano mais amplo do significado relacionado ao uso. (Bruner, 1997, p. 59)

III. Análises do social através da linguagem

Após a Virada Lingüística, várias teorias foram se constituindo em torno da perspectiva da linguagem (Spink e Frezza, 2000). Destacam-se algumas correntes que focalizam as trocas lingüísticas da linguagem em uso: entre elas aparece uma abordagem mais centrada no campo da Sociologia, chamada de Etnometodologia; e destacam-se também as abordagens: Representação social, Construcionismo e Produção de Sentidos, que estão voltadas para o estudo da linguagem na Psicologia Social.

Etnometodologia

Como uma nova corrente de pesquisa da sociologia, a etnometodologia surge com o intuito de transformar o paradigma normativo da sociologia tradicional, que tinha como base as normas e os valores culturais. (Coulon, 1987) Propõe o estudo da relação do homem com o mundo, dentro de um paradigma interpretativo, que valoriza a interpretação dos fatos, isto é, como cada indivíduo desenvolve suas definições de mundo.

A etnometodologia vai contra a idéia de realidade social da sociologia tradicional, segundo a qual há um mundo exterior repleto de significados independente das interações sociais. Etnometodologia seria um raciocínio sociológico prático que estuda a vida cotidiana dos membros comuns da sociedade.

A etnometodologia é a pesquisa empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar suas ações de todos os dias: comunicar-se, tomar decisões, raciocinar.(...) Diferenciando-se nisto dos sociólogos que geralmente consideram o saber do senso-comum como 'categoria residual', a etnometodologia analisa as crenças e os comportamentos de senso-comum como os constituintes necessários de todo comportamento socialmente organizado.(Coulon, 1987, p.30)

Segundo Coulon (1987), Schütz foi o primeiro sociólogo que em 1962, a partir de uma fenomenologia social, propôs um estudo dos processos interpretativos utilizados no cotidiano, que é onde o mundo social encontra a realidade social. Mas foi Garfinkel, em 1967, que formulou e sistematizou esta corrente com o livro fundador “Studies in Ethnomethodology”; com este trabalho introduz a idéia de que os fatos não são produzidos por uma realidade objetiva, como proposto por Durkheim, mas sim o produto da ação humana. A realidade social é constantemente criada, as “regras” são sempre atualizadas pelos indivíduos.

A etnometodologia busca analisar a racionalidade do senso comum, ou seja, procura entender como os atores sociais obtêm uma apreensão compartilhada do mundo social. Garfinkel parte do pressuposto que o compartilhamento cognitivo, do qual depende a interação e a comunicação, resulta de uma multiplicidade de métodos tácitos de formas de raciocinar. Esses métodos são socialmente organizados e compartilhados, e usados incessantemente no cotidiano para dar sentido a objetos e eventos sociais. (Spink e Frezza, 2000, p. 35)

Esta linguagem também tem suas variações (Coulon, 1987); na etnometodologia é utilizado o termo indexicalidade, que significa dar destaque à idéia de que as palavras adquirem um sentido de acordo com o contexto. Já a sociologia tradicional tenta sempre substituir as expressões individuais por outras mais objetivas, a fim de padronizar o mundo social.

A significação de uma palavra ou de uma expressão provém de fatores contextuais como a biografia do locutor, sua intenção imediata, a relação única que mantém com o ouvinte, suas conversações passadas. (Coulon, 1987, p. 33)

Os atores sociais, apesar de sempre partirem de perspectivas próprias, se relacionam se ajustando à realidade do outro através de uma identificação, e é a partir dessa inter-relação de subjetividades que se cria o mundo social. Essa troca entre os atores se dá através da linguagem do senso comum, através da qual as informações são produzidas.

Representação Social

O psicólogo francês Serge Moscovici inaugurou, partindo dessa nova concepção do conhecimento proposta por Berger e Luckman, um novo campo de estudo sócio-psicológico com seu trabalho “**A representação social da Psicanálise**” (1961,1976). Tal estudo tinha como princípio estudar as representações sociais da psicanálise, isto é, como foi feita a apropriação da teoria psicanalítica no cotidiano da sociedade parisiense.

Com esse estudo Moscovici desenvolve, com base em teorias da sociologia do conhecimento, a psicossociologia do conhecimento (Sá, 1993). Com isso, pretendia modificar os padrões do pensamento norte-americano, de que processos psicológicos só existiam no campo individual, lançando uma nova perspectiva que visa às relações sociais como principal influência, não só sobre o comportamento humano, mas também na construção da realidade social como um todo.

Em uma psicologia social mais socialmente orientada, é importante considerar tanto os comportamentos individuais quanto os fatos sociais (instituições e práticas, por exemplo) em sua concretude e singularidade histórica e não abstraídos como uma genérica presença dos outros. Importam ainda os conteúdos dos fenômenos psicossociais, pouco enfatizados pelos psicólogos sociais tradicionais em busca de processos tão básicos ou universais que pudessem abrigar quaisquer conteúdos específicos. Além disso, não importa apenas a influência, unidirecional, dos contextos sociais sobre os comportamentos, estados e processos individuais, mas também a participação destes na construção das próprias realidades sociais. (Sá, 1993 , p. 20)

Para a construção do conceito da representação social Moscovici se baseou na teoria de Durkheim que buscava uma compreensão de como se dá a formação de fenômenos como religião, ciência e percepções do mundo, dentro de uma sociedade e como essas relações são formadas em uma coletividade.

Segundo Durkheim, representações coletivas são:

o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para fazê-las, uma multidão de espíritos diversos associaram, misturaram, combinaram suas idéias e sentimentos; longas séries de gerações acumularam aqui sua experiência e seu saber. (Durkheim, 1978, p.216).

O conceito durkheimiano era, para Moscovici, muito amplo, pois tinha como foco fenômenos que foram construídos ao longo da história da humanidade e, além disso, tinha uma visão desses saberes humanos como fenômenos estáticos e irredutíveis. Esta concepção impossibilitava um pensamento mais crítico e curioso acerca dessas representações do coletivo.

Moscovici encontrou nas representações coletivas de Durkheim um primeiro passo para a formação do seu conceito, mas não tinha como foco estudar a história da formação do pensamento social, e sim as representações que nas sociedades contemporâneas produzem conhecimentos através da comunicação interpessoal. Por esse motivo Moscovici modifica a terminologia de representação coletiva para social.

Com sua teoria Moscovici via essas representações formadas de uma cooperação como algo mais focado em cada sociedade, isto é, a forma como se relacionam, se comunicam e se comportam seus indivíduos (Sá, 1993). E essas seriam relações que estariam abertas a modificações de acordo com o rumo da história de determinada sociedade, e que tornariam acessível o estudo de como são estruturados e como funcionam esses fenômenos sociais.

O conhecimento adquirido pelas pessoas no cotidiano se dá através da comunicação informal e tem como objeto diversos assuntos, como: a saúde, as profissões, a ecologia, política, desigualdades, entre outros. Assim as Representações Sociais podem ser consideradas como uma 'ciência' da coletividade, ou como comumente é denominado, senso comum.

Essa troca de informações ocorre o tempo todo nos mais diferentes ambientes e essas questões tendem a ter bastante relevância na vida dos

indivíduos. O conhecimento de algo percebido em uma sociedade é interiorizado pelo grupo por meio da conversação, via pela qual as idéias são transmitidas, e através da aceitação do coletivo tal perspectiva passa a ter uma validação. (Moscovici, 1976).

Para Moscovici (1976), esses fatores têm um poder muito grande na formação e modificação da realidade de cada grupo sócio-cultural. Esses grupos sócio-culturais foram nomeados por Moscovici como *universos de opiniões*, que variam de acordo com o nível e base de informação que têm sobre determinado assunto, como estruturam esse assunto em uma hierarquia dentro de um campo de representação e qual atitude se tem frente a esse.

Contrariando teorias sociais e psicológicas, Moscovici fala de uma sociedade pensante, onde os indivíduos não são apenas reprodutores de ideologias e crenças criadas pela sociedade, mas pensadores ativos que manifestam, qualificam e questionam a realidade que os cerca. Assim, a representação social não é algo criado para os indivíduos, são por eles criada e recriada na realidade de uma sociedade. Não existe uma diferenciação entre sujeito e objeto; esta relação é percebida a partir de um contexto dinâmico. (Moscovici, 1976)

As investigações neste campo buscam desvendar as conexões existentes entre o sujeito e o mundo, através do ponto de vista da vida cotidiana da sociedade e das contribuições simbólicas do sujeito em busca de um sentido. A alteridade é o espaço no qual o simbólico se desenvolve, a relação interpessoal é essencial para a formação de uma sociedade. O modo humano de se relacionar pressupõe uma abertura para o outro; supõe sair do mundo “interior” e dividir as diferenças por meio do diálogo. A diversidade encontrada no meio social leva o homem à busca de uma compreensão, um consenso entre as idéias. (Jovchelovitch, 1995)

Mais ainda, é através da ação de sujeitos sociais agindo no espaço que é comum a todos, que a esfera pública aparece como o lugar em que uma comunidade pode desenvolver e sustentar saberes sobre si própria – ou seja, representações sociais. (Jovchelovitch, 1995, p.71)

Os conhecimentos de uma dada sociedade são divididos em duas classes: universos reificados, são os conhecimentos adquiridos pela ciência e pensamento erudito em geral, dotados de uma lógica e “objetividade” próprias; e universos consensuais, são as teorias do senso comum que têm uma “lógica natural”, são criadas pelos membros da sociedade, fundadas em um consenso entre estes, não obedecendo, então, os requisitos da “objetividade científica”.

A teoria das Representações Sociais se estrutura a partir de duas naturezas: conceptual e figurativa. Conceptual porque é uma forma de dar sentido a um objeto que não necessariamente precisa estar presente; e figurativa porque, ao mesmo tempo, este objeto é recuperado e concretizado na realidade. (Sá, 1993)

A representação não é, em minha opinião, uma instância intermediária, mas sim, um processo que torna o conceito e a percepção de certo modo intercambiáveis. (Moscovici, 1976, p. 57)

A comunicação que se estabelece entre o conceito e a percepção, um penetrando no outro, transformando a substância concreta comum, cria a impressão de ‘realismo’. (Moscovici, 1976, p 58)

Isto é, toda representação tem duas faces complementares: a figura e a significação (o conceito). Mas esta é somente uma separação didática, porque as representações são formadas de forma direta e imediata. Esse processo acontece no âmbito do propósito básico da formação de representação: de transformar o não familiar em familiar.

Este processo de familiarizar o estranho Moscovici (1976) denomina processo de ancoragem, que seria a integração do novo a um sistema preexistente do pensamento social. Quando um objeto é inserido no mundo de um indivíduo logo é atribuído a este um significado, que é constituído num contexto inteligível. Este novo objeto é ‘avaliado’ e *classificado* dentro de

padrões já conhecidos, e assim passa a poder ser *denominado* por meio de palavras específicas.

E isso também acontece quando a partir de um sentido se busca uma figura que possa lhe dar um significado mais objetivado. Este outro “modo” de construção de uma representação social é chamado de objetivação; seria a transformação de um objeto em uma imagem, a cristalização de uma representação. “O processo através do qual noções abstratas são transformadas em algo concreto” (Spink, 1993a)

Uma representação faz circular e reúne experiências, vocabulários, conceitos e condutas que provem de origens muito diversas. Assim fazendo, ela reproduz a variabilidade dos sistemas intelectuais e práticos, os aspectos desconexos do real. O insólito insinua-se no costumeiro, o extraordinário torna-se freqüente. Por conseguinte, os elementos que pertencem a regiões distintas de atividade e de discurso sociais transpõem-se de umas para outras, servem de signos e (ou) de meios de interpretação dos demais. (Moscovici, 1976, p 62)

A representação social tem como principal função a análise do social, que pode ser um dos caminhos para transformação política-pedagógica. Esta é inegavelmente uma abordagem qualitativa, pois seu objeto é um mundo de significados expresso pela linguagem comum da vida cotidiana. Deste modo a entrevista (individual ou em grupo) é o instrumento prioritário para a coleta de dados, porém a observação e dinâmicas de expressão não são descartadas. (Spink, 1993b)

A teoria da representação social abre um amplo campo de pesquisa que privilegia os mecanismos sociais de produção de conhecimento. O pesquisador tem que acreditar que os homens “comuns” são capazes de fornecer informações únicas e concretas sobre o funcionamento individual e social. (Sawaia, 1993). A pesquisa fornece dados empíricos do vínculo que há entre as condições sociais e individuais de existência, expondo como esses fatores são multi-determinados.

Esta abordagem (representação social) é o meio que vários cientistas sociais (psicólogos, sociólogos, geógrafos, historiadores, etc.) usam nos seus estudos das mais diferentes áreas (o ambiente, a justiça, a saúde, etc.), objetivando uma visão mais viva e dinâmica sobre os fenômenos. É importante que o pesquisador tenha uma abertura para a complexidade desses fenômenos, visando a compreensão de que há diferentes níveis para se entrar em contato com as representações sociais.

Construcionismo

Construcionismo é um conjunto (não homogêneo) de teorias e de abordagens que surge no bojo do movimento de desconstrução pautada no trabalho de Luckman e Berger. O movimento construcionista busca estudar como os “indivíduos comuns” vêem e descrevem o mundo. Em uma pesquisa construcionista trabalha-se diretamente com produções lingüísticas e relativas, o que significa, ver em contexto e olhar os fenômenos puramente como se apresentam, tentando afastar as pré-concepções.

Esta é uma visão de mundo que tem como base os campos da filosofia, da política e da sociologia do conhecimento. Seus principais autores são: Berger, Luckman, Gergen e Ibáñez. Esta nomenclatura surge com uma perspectiva de ir ao encontro da idéia de ver o social como algo construído, mas também para se diferenciar da terminologia “construtivismo” da teoria de Piaget e da psicologia sistêmica”.

A perspectiva construcionista exige uma quebra de crenças e desconstrução do conceito de verdade, para que ocorra uma ressignificação contínua do conhecimento. A relação do homem com o mundo está pautada nas convenções, noções e linguagem social; isto constitui a realidade. Assim, o real é construído num processo que é social, não no pensamento de cada indivíduo.

O construcionismo nos pede para suspendermos a crença de que as categorias ou os entendimentos são garantidos pela observação. Convida-nos, portanto, a desafiar as bases objetivas do conhecimento convencional. (Gergen, 1985, p. 267)

A psicologia social construcionista parte da sociologia do conhecimento como um novo modo de estudar o ser humano. Foi o psicólogo Gergen, na década de 70, quem primeiro se apropriou deste conceito e foi em busca da identificação de processos de produção de sentidos. Com isso propõe uma mudança na concepção da Psicologia Social da época.

Gergen lança um movimento pós-modernista (Castañon, 2004), segundo o qual o modelo de investigação empírico da realidade, caminho para uma psicologia científica, é fortemente negado. Outros nomes, como de Rom Harré, Jonathan Potter, e John Shotter são potências dentro do movimento pós-modernista na psicologia social. Este foi o resultado de uma mescla de teorias filosóficas desconstrucionistas, de Jacques Derrida, relativistas lingüísticas, de Ludwig Wittgenstein e neopragmáticas, de Richard Rorty.

O movimento “pós-moderno” na Psicologia Social possui quatro características teóricas e metodológicas básicas. A primeira, é a tentativa de dissolver o tradicional objeto da Psicologia, substituindo a realidade da mente e do comportamento pelas convenções e recursos lingüísticos que “constroem socialmente” o mundo. A segunda é o abandono da busca por propriedades universais na pesquisa psicológica e a adoção da reflexão histórica e contextual como centro da atividade em Psicologia. A terceira, é a marginalização do método e sua classificação, em versões mais radicais desse movimento, como um truque retórico. A quarta, seria o abandono da grande narrativa do progresso da ciência rumo a uma verdade objetiva para a adoção de uma concepção de conhecimento como fragmentário e contingente histórica e socialmente. (Castañon, 2004, p. 71)

O foco de estudo do conhecimento passa a ser a interação humana, destacando que o conhecimento é construído e não uma representação da natureza; e construção que só acontece na troca entre pessoas. Segundo o construcionismo, o conhecimento passa a ser entendido como um processo de interface entre mente e sociedade. Sujeito, objeto e conhecimento estão intimamente conectados, e estes são resultados de uma construção ativa da realidade. Os conhecimentos são produzidos a partir da interação humana, isto é, nenhum existe sem que haja uma base anterior, assim todo conhecimento é reprodução de saberes. (Spink e Frezza, 2000)

Os termos com os quais entendemos o mundo são artefatos sociais, produtos historicamente situados de intercâmbios entre as pessoas. Do ponto de vista

construcionista o processo de compreensão não é automaticamente conduzido pelas forças da natureza, mas é o resultado de um empreendimento ativo, cooperativo, de pessoas em relação. Sob este enfoque, a investigação é atraída às bases históricas e culturais das várias formas de construção do mundo (Gergen, 1985, p. 268)

Pode-se dizer que aí esta a principal diferença entre a Representação Social de Moscovici e o Construcionismo: enquanto o primeiro pesquisa como um conhecimento é apreendido pelo coletivo, isto é, tem como foco o compartilhamento de informações entre os indivíduos de uma dada sociedade, os fenômenos sociais e aos sentidos mais estáveis; o construcionismo tem como foco o conhecimento construído individualmente a partir da interação entre as pessoas em um meio social.

Produção de sentidos no cotidiano

De acordo com uma perspectiva psicossocial e embasada no referencial do construcionismo, surge a abordagem investigação da *produção de sentidos no cotidiano* que tem como fundamento a análise das práticas discursivas. Na visão construcionista, a produção de sentidos seria uma análise social que percebe os sentidos na ação do cotidiano.

Concebe-se a produção de sentidos como uma prática social em oposição à reprodução de conhecimento. A perspectiva segundo a qual é abordada é a de que os sentidos se formam através do diálogo, por meio da linguagem em uso. Sua análise apóia-se em três dimensões básicas: a linguagem, a história e a pessoa.

A produção de sentidos é tomada, portanto, como um fenômeno sociolingüístico – uma vez que o uso da linguagem sustenta as práticas sociais geradoras de sentido – e busca entender tanto as práticas discursivas que atravessam o cotidiano (narrativas, argumentações e conversas, por exemplo), como os repertórios utilizados nessas produções discursivas. (Spink e Medrado, 2000, p. 42)

Indiscutivelmente, como já apresentado anteriormente, a linguagem é uma prática social e meio pelo qual as pessoas trocam idéias e interagem entre si. Assim, é a partir das palavras que as pessoas constroem versões da realidade em que vivem. O trabalho de um analista social nesta abordagem não é buscar fatos e opiniões individuais e sim focar nos detalhes pessoais daquela dimensão de linguagem.

A linguagem é concebida na sua aplicação imediata, isto é, na linguagem em uso no cotidiano. Esta relação cotidiana através da linguagem é nomeada de prática discursiva. O termo práticas discursivas precisa ser diferenciado da concepção de discurso, pois esse aponta para uma linguagem institucionalizada dentro de um determinado contexto sócio-cultural e histórico. Já as práticas discursivas são vistas como maneiras como o sentido é produzido no cotidiano e que são constituídas não somente pela forma do discurso, mas também pela variabilidade, pela dinâmica e pelos conteúdos envolvidos.

As práticas discursivas são constituídas por três principais elementos: a forma, o enunciado, e o sentido. (Spink, 1999) A forma, ou gêneros da fala seria a forma institucionalizada da linguagem, isto é, formas de falar que são padronizadas dentro de uma sociedade por meio das quais se dá a comunicação propriamente dita. Os enunciados são entendidos como o modo de expressão de um saber, o que se dá por meio de palavras e sentenças. E o sentido é denominado, dentro do estudo das práticas discursivas, de repertórios interpretativos. Através dos repertórios interpretativos é que se dá a compreensão do que está sendo enunciado; afinal, uma palavra pode conter diversos significados dependendo do contexto.

A forma de um discurso é um dos objetos da análise discursiva, denominado por Bakhtin (1999) como *speech genres* (gêneros da fala), que seriam as diferentes maneiras de se comunicar que são 'pré-estabelecidas' socialmente, e marcadas pela coerência entre o contexto, o tempo e os interlocutores envolvidos. (Spink e Medrado, 2000)

Discurso, linguagem social ou speech genre são conceitos que focalizam, portanto, o habitual gerado pelos processos

de institucionalização. O conceito de práticas discursivas remete, por sua vez, aos momentos de resignificação, de rupturas, de produção de sentidos, ou seja, corresponde aos momentos ativos do uso da linguagem, nos quais convivem tanto a ordem como a diversidade. (Spink e Medrado, 2000, p.45)

Na análise da conversação no cotidiano, o diálogo se torna o principal objeto de estudo. Este é entendido, por Bakhtin, como formado principalmente por vozes e enunciados, isto é, os interlocutores que desenvolvem o diálogo e as expressões por eles utilizadas para poderem se entender.

Deste modo é importante saber que no cotidiano pode-se encontrar variadas formas de expressão; para analisar esse fator é utilizado o conceito de *repertório interpretativo*, relativo às diferenças entre discursos. Os repertórios dão o sentido da linguagem que é apresentado através dos enunciados orientados por vozes. Até mesmo uma única palavra pode possuir diferentes significados dependendo da situação (polissemia).

Os repertórios interpretativos são, em linhas gerais, as unidades de construção das práticas discursivas – o conjunto de termos, descrições, lugares-comuns e figuras de linguagem – que demarcam o rol de possibilidade de construções discursivas, tendo por parâmetros o contexto em que essas práticas são produzidas e os estilos gramaticais específicos ou speech genres. (Spink e Medrado, 2000, p.47)

Um repertório interpretativo é formado pela história e cultura. Isso leva à segunda dimensão fundamental no estudo das práticas discursivas: percepção histórica. Para interpretar um repertório, conhecer onde aquela fala se situa na história de uma dada pessoa, consideram-se três tempos históricos que estão presentes no contexto discursivo: tempo longo (conteúdos culturais); tempo vivido (linguagens sociais); e tempo curto (processos dialógicos). Para buscar o sentido é preciso considerar a existência de uma inter-relação dos significados nos diferentes tempos.

O tempo longo constitui o espaço dos conhecimentos produzidos e reinterpretados por diferentes domínios de saber: religião, ciência, conhecimentos e tradições do senso comum. Esses conhecimentos antecedem a vivência das pessoas, mas se fazem nela presentes por meio de instituições, modelos, normas, convenções, enfim, da reprodução social. (Spink e Medrado 2000, p. 51)

Definimos tempo vivido como os processos de ressignificação desses conteúdos históricos a partir dos processos de socialização (...) corresponde às experiências da pessoa no curso da sua história pessoal. É nesse nível que ocorre a aprendizagem das linguagens sociais. (Spink e Medrado, 2000, p. 52)

O tempo curto refere-se às interações sociais face-a-face, em que os interlocutores se comunicam diretamente; pauta-se, portanto, pela dialogia e pela concorrência de múltiplos repertórios que são utilizados para dar sentido às experiências humanas. Como as combinações são múltiplas, deparamos, nessa escala, com a polissemia. (Spink e Medrado, 2000, p. 53)

Por fim, essa abordagem tem como importante dimensão a noção de pessoa: com o uso desta terminologia pretende-se abandonar a noção de sujeito (que está, implicitamente, relacionado a um objeto) e também a noção de indivíduo (que está ligado a uma sociedade); assim a priorização do termo pessoa focaliza a pessoa em si dentro do contexto dialógico de interação social.

A força constitutiva das práticas discursivas está em poder prover posições de pessoa: uma posição incorpora repertórios interpretativos, assim como uma localização num jogo de relações inevitavelmente permeado por relações de poder. As práticas discursivas, portanto, implicam necessariamente o uso de repertórios e posicionamento identitários. (Spink e Medrado, 2000, p. 56)

Em uma pesquisa de produção de sentidos busca-se o real construído socialmente e rejeita-se a idéia presente na maioria das vertentes psicológicas

de que existe um mundo e uma subjetividade individual já moldados e que somente precisa ser desvelado através da relação sujeito x objeto. Nesta abordagem segue-se o caminho da visão construcionista de que a realidade intersubjetiva é construída em um tempo e espaço específicos. Assim, o foco se centra nas estruturas sociais e mentais presentes nas ações do cotidiano como sendo o caminho para a compreensão dos sentidos.

Com a aceitação da postura construcionista, não definimos quais métodos têm mais possibilidades de traduzir como os fatos são. A concepção de fatos como construções sociais pressupõe que os métodos produzam, antes de tudo, versões de mundo, podendo ter maior ou menor poder performático dependendo do contexto de produção, do momento histórico, das relações sociais em que ocorre essa produção, aliados à intencionalidade de quem produz e do grau de conformidade de quem recebe. (Spink e Medrado, 2000, p. 61)

A pesquisa construcionista e das práticas discursivas é vista como uma prática reflexiva e crítica, sem deixar de ser um ato social. Na pesquisa das práticas discursivas a categorização dentro de um contexto é a estratégia utilizada para se chegar aos sentidos construídos. O trabalho é colocar em categorias porque esta é uma parte do processo de construção da realidade, e com esse pensamento pode-se ter acesso aos constructos formados no contexto social e também entender o porquê da utilização de determinadas práticas discursivas no processo dialógico. (Spink e Menegon, 2000)

Tendo em vista que as descrições categoriais envolvem escolhas e reorganização retórica, elas carregam a possibilidade de expor o posicionamento do emissor da fala, e de dar visibilidade às conseqüências interacionais daí decorrentes. As análises de conversa e discurso têm mostrado que os participantes empregam descrições categoriais de maneira reflexiva e em conformidade com o contexto interacional. (Spink e Menegon, 2000, p. 81)

Tanto no construcionismo como na análise das práticas discursivas, a pesquisa busca sempre alcançar uma visão mais próxima do real e não só uma mera representação. Deste modo, a análise é sempre pautada por três noções:

- Indexicalidade: assim com já apresentado na visão da etnometodologia, traz a concepção situacional, isto é, precisa-se conhecer o contexto para poder fazer uma análise.

- Inconclusividade: apresenta a impossibilidade de controlar e conhecer todas as variáveis presentes no fenômeno estudado; ainda mais quando se fala de eventos do cotidiano, sua complexidade é tamanha que a análise vai mostrar somente uma das diversas possibilidades de sentido.

- Reflexividade: esta noção expressa a ausência de neutralidade do pesquisador; sua influência está presente desde a aplicação da pesquisa (relação que desenvolve com o sujeito) até o momento da interpretação dos dados coletados (valores e interesses pessoais exercem influência direta nas conclusões).

Esta três noções quebram a forma realista de se fazer ciência, fortalecendo a percepção de que uma pesquisa em ciência humana nunca pode ser generalizada e reaplicada para uma validação. Considera o fato de o pesquisador também ser humano e, conseqüentemente, a impossibilidade de existir neutralidade em sua ação. (Spink e Menegon, 2000)

IV. O Senso Comum no Processo Terapêutico

Investigações sobre a linguagem no processo terapêutico: a relação terapeuta-cliente

As questões relacionadas à linguagem do senso comum e à forma como com ela lida pelo profissional da psicologia, emergem na relação do psicólogo com o “cliente”. No trabalho terapêutico, é no primeiro contato que o cliente traz sua queixa, e a partir dessa queixa inicial é traçado um caminho para se chegar a um diagnóstico. Este momento é especialmente propício para se investigar as possíveis dissonâncias presentes na relação terapeuta - cliente. É o que evidencia o trabalho intitulado: **Da linguagem do senso comum à linguagem do diagnóstico: a reinterpretação da queixa na clínica psicológica** (Moreira, 1999)

Uma professora de Clínica-escola de uma Universidade de São Paulo notou algumas falhas no atendimento de psico-diagnóstico, percebeu que os universitários tendem a se encontrar aprisionados a um pensamento explicativo que esteja de acordo com as teorias aprendidas na sala de aula, perdendo de vista o modo de viver peculiar de cada paciente. Para avaliar este fato foi realizada uma pesquisa com o objetivo de compreender o processo de reinterpretação da queixa, enunciada através da linguagem do senso comum, para a linguagem diagnóstica.

...não é preciso pesquisar o que é a queixa, mas sim como o sofrimento psíquico foi apreendido como queixa pelo pensamento psicológico, sendo necessário compreender os sentidos atribuídos à queixa pelo psicólogo na interação com quem se apresenta em sofrimento.(Moreira,1999,p. 14)

Este é um conteúdo pouco trabalhado no campo teórico. Um psicólogo precisa saber diferenciar a linguagem do senso comum de uma pessoa da linguagem científica, assim como identificar a apropriação pelo senso comum da linguagem científica. Por exemplo: quando um paciente chega falando que

está com ataque do pânico, não necessariamente isso é real, porém o paciente ouviu os sintomas da síndrome em algum lugar e se identificou, fechando um auto-diagnóstico. A maioria das queixas é pautada na percepção de sintomas e sua interpretação social de sofrimento psíquico como algo que precisa ser eliminado.

Uma clínica-escola funciona como uma contribuição na formação do psicólogo, no sentido de fazer pensar sobre o discurso do paciente, possibilitando as primeiras experiências do futuro profissional. O trabalho prático é essencial para que os alunos possam integrar as disciplinas e tematizar os casos na perspectiva bio-psico-social. Como o aluno ainda possui poucos conhecimentos práticos, é neste contexto que o universitário começa a entrar em contato com os diferentes modos de viver e perceber como isso tem influência no processo do diagnóstico.

A pesquisa teve um caráter qualitativo, com uma metodologia construcionista para a análise das práticas discursivas utilizadas tanto pelos usuários dos serviços da clínica-escola, como dos funcionários e universitários. Através desta pesquisa buscou-se entender como as queixas são reinterpretadas no processo diagnóstico, pois havia a suspeita de que a descrição da queixa feita pelo usuário era constantemente interpretada como um sintoma psicológico, desconsiderando que o discurso da queixa é produto de uma rede de significações adquiridas no cotidiano do paciente. A pesquisa teve duas etapas: a primeira analisa o diálogo entre funcionário e o usuário recém chegado à clínica; e a segunda etapa é com os usuários reunidos em grupo em uma situação de triagem com os universitários.

A análise da primeira etapa partiu de 3 critérios : a influência do roteiro sobre o conteúdo do discurso, a reinterpretação da queixa pelo funcionário e as influências das condições sócio-demográficas na conduta da entrevista.

Pode-se dizer resumidamente que a funcionalidade se refere à utilidade que a conversa tem para os participantes. No específico contexto da inscrição no CPA (clínica escola) este aspecto aparece no uso da queixa, tanto pelo usuário quanto pela recepcionista. Ou seja, evidencia-se o gerenciamento da conversa para a

reatirmação de repertórios que sejam suficientemente reconhecidos como indicadores de uma queixa que mereça atenção em nível psicológico. (Moreira, 1999, p. 112)

O primeiro contato do usuário com um atendimento psicológico é o momento onde a linguagem do senso comum se apresenta claramente. Talvez isso aconteça porque o primeiro contato, nesta clínica-escola, é realizado com um funcionário, que aparentemente não possui conhecimento psicológico aprofundado, mostrando-se como um “igual” para o usuário e possibilitando um maior conforto no uso com as palavras.

Já na situação de triagem o foco foi outro: primeiramente perceber o procedimento do grupo e o fluxo temático e depois analisar como a queixa inicial é reinterpretada pelos universitários para fazerem o fechamento de um diagnóstico e a formulação de uma proposta de encaminhamento.

Foi observado que o atendimento é pautado no modelo médico, pois se expressa por meio de um discurso psicopatológico. Na reinterpretação da queixa ficou claro que o repertório usado pelos universitários estava baseado na queixa inicial. Ocorreram pequenas modificações durante o processo dialógico no grupo de triagem onde, através das falas mais abrangentes dos usuários, foi possível realizar mudanças significativas no diagnóstico final.

Os resultados dos encaminhamentos desses usuários (...) indicam que as queixas iniciais dos usuários passaram por um processo de reinterpretação no atendimento diagnóstico da triagem através do qual foram traduzidas para uma linguagem psicológica.(...)

Parece ser possível dizer, portanto, que a queixa diagnosticada, construída neste processo, impõe uma ‘socialização’ da linguagem do senso comum (discurso do usuário) a partir da perspectiva da linguagem do diagnóstico (discurso institucional). (Moreira, 1999, p.158)

Esta pesquisa ajuda os psicólogos a repensarem o processo diagnóstico, demonstrando que é preciso primeiro reconhecer qual é a real “doença” na queixa do usuário, isto é, não é só classificar e nomear. O

psicólogo tem que entender que o mundo daquela pessoa determina não só como se constitui o sofrimento psíquico, mas também o modo como este sofrimento vai ser reportado para o psicólogo.

Assim, foi possível compreender que mesmo quando os termos utilizados para a nomeação do adoecimento reproduzem a idéia da causalidade hegemônica no imaginário psicológico, ainda assim essa nomeação é indissociável do modo de ser do sujeito e, portanto, da produção de sentidos desse adoecimento em sua vida. Ou seja, implica em estabelecer suficiente coerência e continuidade de modo a reconhecer-se como sujeito histórico (ou como um sujeito que tem uma história) em um mundo caracterizado pela polissemia. Isto indica que a atividade de dar sentido está articulada à construção de versões plausíveis do self: narrativas que criam elos contingenciais (sempre passíveis de ressignificação) entre o tempo histórico e o tempo vivido no tempo presente da interação. (Moreira, 1999, p. 162)

Considerando os pressupostos dos quais parte, quais seriam, então, as alternativas derivadas da perspectiva construcionista para o trabalho com a linguagem na atividade terapêutica?

Construcionismo e o trabalho terapêutico

O construcionismo social tem sua contribuição não somente para a discussão de pressupostos teóricos da psicologia, mas também tem ganhado espaço em outros campos do pensamento humano, apresentando contribuições para o modo de pensar psicoterapia (Hoffman, 1998). Alguns psicólogos, como Gergen, Anderson e Goolishian, entre outros, têm aproximado dos processos psicoterápicos as noções construcionistas de que o conhecimento é construído na relação ativa entre os homens, relação esta que está sempre imersa em uma cultura e história únicas.

O trabalho com o olhar construcionista propõe que a atenção do terapeuta esteja inteiramente focada no modo-de-ser do cliente, pois este se desenvolve de maneira muito particular, proporcionando vários sentidos que conduzem à sua busca por terapia. Desta forma, o papel de especialista na terapia muda de lugar: quem realmente sabe o que vai ser trabalhado no processo é o próprio cliente.

O terapeuta, para que consiga entrar em contato com os sentidos trazidos, precisa se desvencilhar de teorias e propostas de intervenção já determinadas, isso porque para o construcionismo não existe uma noção prévia de uma constituição humana (self). O homem é formado em um contexto cheio de significados próprios e cada indivíduo tem sua forma de descrever uma questão, e o terapeuta só terá acesso a esse mundo de significados através da relação dialógica. (Hoffman, 1998)

O construcionismo questiona o terapeuta que adota uma posição de especialista, enfatizando cada vez mais que a linguagem acadêmica precisa ser deixada de lado dentro do consultório para que a linguagem do paciente possa aparecer, mostrando suas queixas reais.

Assim, o papel do terapeuta é propiciar condições para o diálogo que vai em busca de novos sentidos para o cliente. E esses sentidos emergem não somente para o cliente, como para o terapeuta, que de certa forma está ali para 'aprender' sobre o mundo daquela pessoa. O terapeuta e o(s) cliente(s) passam a trabalhar como parceiros, ambos igualmente responsáveis pelo andamento do processo terapêutico. (Gergen e Kaye, 1998)

Essa posição surge na tentativa de quebrar o procedimento adotado na maioria dos processos terapêuticos, pautados no modelo médico, segundo o qual se parte da premissa de que existe um paciente que precisa de um tratamento a ser ministrado por um especialista para chegar à cura, ou seja, um padrão de processos hierárquicos unilaterais, onde o terapeuta é o salvador. Esta é uma postura muito perigosa porque o psicólogo acaba tendendo a fechar um diagnóstico antes mesmo de conhecer verdadeiramente seu cliente. A idéia de que o psicólogo tem o conhecimento da real essência humana é um raciocínio que o construcionismo pretende quebrar.

Existe uma renúncia generalizada ao papel do terapeuta como conhecedor superior, pairando acima do cliente como um modelo inatingível da boa vida. Existe, ao contrário, um forte compromisso com a visão do encontro terapêutico como meio para a geração criativa de sentido. A voz do cliente não é meramente um instrumento auxiliar na confirmação da narrativa pré-determinada do terapeuta, mas serve nestes contextos como constituinte essencial de uma realidade construída em conjunto. (Gergen e Kaye, 1998 p.211)

É importante no trabalho do psicólogo perceber que a ação humana não acontece num vácuo; há sempre uma realidade envolvida, além das ações do próprio psicólogo e suas interpretações. Inegavelmente, ali está acontecendo uma relação social, e novos significados são construídos constantemente, as idéias surgem a partir dos processos de comunicação.

Para conhecer bem o cliente o terapeuta precisa manter o foco nas relações em que este está envolvido (sociais, familiares, individual, com crenças e valores etc). A própria relação cliente - terapeuta também é, segundo os construcionistas, uma relação social, e assim está repleta de sentidos e sempre construindo novos.

Existem diversas propostas terapêuticas que partem de pressupostos construcionistas e que podem atuar em diferentes âmbitos do trabalho clínico. A terapia familiar é o principal campo no qual o construcionismo tem se mostrado presente nas últimas décadas. O construcionismo propõe uma

intervenção que repensa a concepção tradicional da postura do terapeuta e do processo terapêutico em si.

Na terapia, a interpretação, a busca do entendimento, é sempre um diálogo entre cliente e terapeuta. Ela não é o resultado de narrativas teóricas pré-determinadas, essenciais para o mundo de sentidos do terapeuta. Na tentativa de entender o cliente, deve-se supor que ele tem algo a dizer, e que este algo tem um sentido narrativo, afirma sua própria verdade, dentro do contexto da história do cliente. A resposta do terapeuta ao sentido da história do cliente e seus elementos está em contradição com a posição tradicional em terapia, que é responder ao que não faz sentido, à patologia presente no que foi dito. Neste processo, o novo entendimento narrativo, construído em co-autoria, deve estar na linguagem comum do cliente. (Anderson e Goolishian, 1998, p. 48)

Quando procuram terapia, as pessoas têm algum (ns) problema(s) para contar; para isso aparecer, a pessoa precisa articular uma narrativa de sua vida inteira, que é de certa forma apresentada para o terapeuta. Dentro desta perspectiva se apresenta a visão narrativa do construcionismo, que toma como base, principalmente, a história de vida da pessoa e como esta é contada dentro da situação de diálogo presente no processo terapêutico. (Lax, 1998)

As narrativas podem parecer fechadas, por serem focadas, porém estas sempre tendem para o foco que o cliente dá à determinada situação que é narrada. É a partir da descrição dos fatos que o terapeuta vai poder reconhecer o contexto situacional e os sentidos construídos por aquela pessoa, isso porque os relatos são constituídos a partir de formas relacionais de sua vida cotidiana.

O terapeuta não deverá se “intrrometer” na história narrada pelo cliente. Seu papel vai ser de tentar, a partir dos fatos contados, proporcionar novas visões sobre a história, numa tentativa de promover insight, isto é, facilitar a construção de novas narrativas.

A visão narrativa da terapia propõe que as maneiras dos clientes descreverem suas vidas limitam o desenvolvimento de novas idéias ou abordagens em relação às suas situações de vida. A tarefa do terapeuta é unir-se a eles no desenvolvimento de uma nova história sobre suas vidas, que lhes ofereça uma visão suficientemente diferente de sua situação, mas não diferente demais, para expandir a conversação. (Lax, 1998, p. 92)

O processo terapêutico além de ser uma co-construção de sentidos, também é visto na perspectiva construcionista como um sistema lingüístico. Isto quer dizer que o objeto com que se trabalha na terapia não é o conjunto das organizações sociais externas trazidas pelos clientes, e sim o que é desenvolvido a partir da conversação terapêutica.

Um cliente sempre aparece para um tratamento quanto tem uma demanda interna e é a partir da narrativa do problema que o processo terapêutico se constitui. E o terapeuta para fazer seu trabalho precisa entender o problema em si; faz isso por meio da chamada investigação compartilhada. (Anderson e Goolishian, 1998)

Para auxiliar no processo de ‘descoberta’ do problema, Anderson (1998) partindo de dicas de seus próprios pacientes, propõe que o terapeuta adote uma postura de não-saber. Essa posição possibilita que o terapeuta esteja com os “ouvidos abertos” para o que o paciente tem para dizer e também possibilita entender o contexto em que o paciente vive. Firmando a posição de que o conhecimento é alcançado a partir da relação, para conseguir entrar em contato o terapeuta não pode partir de idéias a priori. Esse novo olhar possibilita que o terapeuta, junto com o paciente, consiga chegar à resolução dos problemas trazidos.

A principal ferramenta utilizada é a conversação, principalmente o uso de perguntas terapêuticas, que são o caminho para facilitar o espaço dialógico. Essas perguntas surgem de um desconhecimento e uma curiosidade para se conhecer o outro, não se usa um método pré-estabelecido. Essa postura possibilita que o terapeuta se livre de idéias pré-determinadas por experiências

anteriores ou por “verdades” desenvolvidas teoricamente, fatores que podem vir a dificultar o tratamento por o paciente não se sentir recebido.

Não saber é não fazer um julgamento infundado ou inexperiente, mas se refere de maneira mais ampla ao conjunto de suposições, os sentidos que o terapeuta traz para a entrevista clínica. O estímulo para o terapeuta está em aprender a singularidade da verdade narrativa de cada cliente, as verdades coerentes em suas vidas estoriadas. Isto significa que os terapeutas serão sempre prejudicados por sua experiência, mas que devem escutar os clientes de maneira que esta não os feche para a totalidade do sentido das descrições de suas vivências. Isso só poderá acontecer se o terapeuta abordar cada experiência clínica desde a posição de não saber. Agir de outra forma é buscar regularidades e sentidos comuns, que podem validar a teoria do terapeuta, mas invalidam a singularidade das histórias dos clientes, e, logo, sua própria identidade. (Anderson e Goolishian, 1998 p. 40)

Um trabalho em terapia familiar feito em equipe, denominado de Processo Reflexivo, é proposto pelo psicólogo T. Andersen (1998). Neste trabalho é proposto que a equipe faça sua discussão sobre o caso em conjunto com a família, e não como no modelo tradicional, em que a discussão é feita somente entre membros da equipe e comunicada à família na forma de um diagnóstico situacional.

Essa proposta tenta quebrar com a idéia de que a equipe sabe mais sobre o que é melhor para a relação familiar do que os próprios membros da família, possibilitando assim que os clientes se relacionem entre eles e com a equipe na busca da solução do (s) problema(s). Outro fator relevante do trabalho da equipe reflexiva é que todas as falas dentro do consultório são igualmente valorizadas. Assim, a descrição de cada membro da família é atenciosamente aceita pela equipe, concepção que pode ajudar a proporcionar uma melhor comunicação dentro daquele sistema.

Para que essa proposta aconteça, é importante que os outros pressupostos de terapia construcionista também façam parte do processo: postura do não-saber; co-construção terapêutica e visão narrativa. Tais

pressupostos são suficientemente amplos para se adaptarem a propostas terapêuticas dos mais variados tipos.

Durante o longo processo que se seguiu ao lançamento do 'Processo Reflexivo', concluímos que as perguntas são melhores ferramentas para os profissionais do que os sentidos e opiniões. Tornou-se natural buscar todas as descrições e entendimentos imanentes, mas não ainda usados, dos problemas definidos. Assim, passou a ser de interesse central concentrarmo-nos no vocabulário que é usado para descrever e entender. O vocabulário que uma pessoa usa é muito pessoal, pois contém metáforas cuidadosamente selecionadas. (Andersen, 1998, p. 83)

O vocabulário é extremamente importante, pois como o processo terapêutico acontece sempre através da comunicação, é importante que o terapeuta tome cuidado em não usar linguagem técnica e consiga se adaptar à linguagem do cotidiano trazida pelo cliente. Podem surgir durante uma sessão, gírias e expressões que o terapeuta desconhece e é nesse momento que a postura de não-saber se torna mais concreta e necessária para que haja a troca.

O modo de trabalho da equipe aberta reflexiva tendia a equiparar a linguagem profissional à linguagem cotidiana, que continha apenas palavras e conceitos que todos poderiam utilizar em comum. (Andersen, 1998 p. 74)

Nas suas falas, as pessoas escolhem determinadas palavras que acham serem as melhores para que consigam expressar suas idéias. As palavras possuem nuances muito peculiares que, dependendo de onde são inseridas, podem desvendar um novo mundo de significados. (Andersen, 1998)

Na conversa terapêutica entre cliente e terapeuta existem 3 vozes acontecendo paralelamente: a conversa interna de cada um consigo mesmo e o diálogo entre os participantes. Nas conversas internas cada pessoa recebe as informações externas e busca integrar esses novos significados e, a partir daí, surge a possibilidade de troca e criação de novos sentidos.

Através da intercomunicação verbal uma pessoa consegue se reconhecer, possibilitando ser quem é, e continuar sempre em busca de novas idéias e sentidos. (Andersen, 1998). A conversa terapêutica é o caminho para proporcionar a busca de novos sentidos, novas nuances nas palavras e novas concepções sobre o “si-mesmo”.

V. Considerações Finais

Um dos requisitos para que a Psicologia possa ser reconhecida como disciplina científica é a formulação de leis gerais de determinação do psiquismo humano, porém por ser uma ciência humana, biológica e social este modelo a ser assumido nem sempre é transposto de outras ciências com facilidade. O pensamento pós-moderno surge na tentativa de mostrar que, pelo menos nas ciências humanas, os objetivos da ciência precisam ser ampliados, buscando outros meios menos generalizantes e mais condizentes com a realidade.

Considerando que a psicologia tem como finalidade estudar o comportamento humano, propõe-se que nos diferentes campos de trabalho do psicólogo haja a integração entre conhecimento do senso comum e conhecimento científico, pois afinal o comportamento humano ocorre no cotidiano, e este deve ser o ponto de partida para a atuação do psicólogo.

A multiplicidade de olhares da psicologia para o fenômeno humano passa a fundamentar diversas abordagens, fator que dificulta mais ainda que o trabalho do psicólogo tenha um método único de relação com seu objeto. Porém, existe um Código de Ética que define as regras de conduta na atuação do psicólogo. Sua função não é de normatizar a postura profissional e sim adequar as práticas da psicologia aos valores sociais, fortalecendo, assim, o reconhecimento da categoria pelos membros da sociedade.

No Brasil, o Código de Ética Profissional do Psicólogo já teve que passar por algumas modificações para poder estar adequado ao contexto institucional do país e aos ideais da sociedade em geral. Está explicitado no código que o psicólogo precisa ter uma ampliação de olhar e estar livre de pré-conceitos.

“II. O psicólogo trabalhará visando a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (CFP, 2005, p.7)

“III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.” (CFP, 2005, p.7)

Assim, é fundamental no trabalho do psicólogo, tanto no campo da pesquisa quanto no clínico, o reconhecimento de que existem diferenças entre o seu mundo e o do seu sujeito ou cliente, isto é, a concepção de valores, crenças e mesmo o significado de algumas palavras podem ser muito distintos.

As vertentes da psicologia social, apresentadas neste trabalho, passam a se preocupar com o trabalho com as pessoas na vida cotidiana, levando sempre em consideração que: o que a pessoa traz é o que vai ser o objeto de estudo psicológico. Este objeto é sempre um enigma que somente será desvendado se o psicólogo conseguir ter dedicação e paciência de esperar um novo mundo de sentidos se apresentar através do diálogo.

O psicólogo precisa estar aberto para ouvir o que está sendo dito e entender qual o real sentido do discurso para o outro. O psicólogo está a serviço de um indivíduo que deve ser visto, objetivamente, como um ser que se relaciona com um senso comum, que é parte constituinte de sua subjetividade. Assim, o trabalho do psicólogo seria mais completo, e a comunicação entre o psicólogo e o “sujeito comum” se tornaria um diálogo horizontal, se o psicólogo valorizasse e se adaptasse à linguagem de seu cliente.

Com a apresentação de uma pesquisa em uma clínica escola, na terceira parte do trabalho, houve a intenção de explicitar que no mundo prático do campo da psicologia tais questões de conflito entre conhecimento científico e do senso comum se fazem presentes e são constantemente ignoradas, principalmente no campo acadêmico. A dificuldade de encontrar, na elaboração deste trabalho, material teórico que enfatizasse a concepção do senso comum no trabalho do psicólogo traduz essa despreocupação existente na área.

Explicitar como se dá a conduta do psicólogo numa perspectiva que considera o conhecimento que as pessoas trazem e propõe deixar de lado um olhar delimitado por uma teoria, ajuda, de certa forma, a resolver as questões que se apresentam nos resultados da referida pesquisa.

O construcionismo traz novas formas de valorizar as contribuições do cliente na relação terapêutica, o que o diferencia de algumas posturas que, aparentemente, consideram estes fatores secundários dentro do consultório. Suas idéias favorecem uma prática mais democrática e comprometida com o outro.

Assim, simplesmente considerar o pensamento construcionista não vai resolver os problemas nas clínicas-escola, mas pode ajudar os jovens psicólogos, assim como os experientes, a verificarem se as questões presentes na relação terapêutica, como as apontadas pela pesquisa relatada e pelos psicólogos construcionistas, também aparecem no seu dia-a-dia de trabalho e, a partir disso, repensarem sua atuação.

Com este trabalho pretendeu-se propor um olhar psicológico mais amplo, focado nesta visão de realidade construída individualmente no coletivo social. Na qual a política, a econômica, o social, a linguagem e o cultural são partes integrantes de vida de cada pessoa que constitui esta realidade em questão. As concepções apresentadas, principalmente as do construcionismo, não são restritas ao trabalho do psicólogo social. A idéia geral é que esta ampliação de olhar, focado no conhecimento trazido pela pessoa “comum”, estivesse presente em todas as ‘psicologias’, independente da abordagem ou área de atuação.

VI. Referências Bibliográficas

ANDERSEN, T. Reflexões sobre a reflexão com as famílias. In: MCNAMEE, S.; GERGEN, K. J. (orgs.) *A terapia como construção social*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1998, p.69-85

ANDERSON, H. & GOOLISHIAN, H. O cliente é o especialista: A abordagem terapêutica do não-saber. In: MCNAMEE, S. & GERGEN, K. J. (orgs.) *A terapia como construção social*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1998, p.34-50

ANDERY, M. A. et al. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. 11. ed. Rio de Janeiro/São Paulo :Espaço e Tempo/EDUC, 2002.

ARANHA, M. L.A. ; MARTINS, M.H. P. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

ARAÚJO, J. W. de Ciência e senso comum: a divulgação do conhecimento no campo da saúde. *Perspectiva ciência. inf.*, n. especial, Belo Horizonte, p. 72-93, jul./dez. 2003.

BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do métodos sociológico na ciência da linguagem*. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

BOCK, A. M. M. B.; FURTADO, O. e TEIXEIRA, M. L. T. *Psicologias – uma introdução ao estudo da psicologia*. 13 ed., São Paulo: Ed. Saraiva, 1999.

BRUNER. J. - *Atos de significação*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997.

CARVALHO, M. A. P. de ; ACIOLI, S; STOTZ, E. N. O processo de construção compartilhada do conhecimento: uma experiência de investigação científica do ponto de vista popular. In: VASCONCELOS, E. M. (Org.). *A saúde nas palavras e nos gestos - reflexões da Rede de Educação Popular e Saúde*. São Paulo: Hucitec, 2001, p.101-114.

CASTAÑON, G. A. Construcionismo social: uma critica epistemológica. *Temas em psicologia da SBP*, vol. 12, no 1, p.67-81, 2004.

- CHAUI, M. - *Convite à Filosofia*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1995.
- Conselho Federal de Psicologia. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília, 2005.
- COULON, A. – *Etnometodologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*, 3 ed. São Paulo : Ed. Atlas, 1995.
- DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa. In: *Os pensadores*, São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 201-245.
- FIGUEIREDO, L. C. M. *Psicologia, uma nova introdução: uma visão histórica da psicologia como ciência*, 2 ed. São Paulo : EDUC, 2002.
- FREIRE, P. Política e educação: ensaios. In: *Coleção: Questões da nossa época*; v 23. São Paulo: Cortez ,1993.
- FREUD, S (1901) *Psicopatologia da vida cotidiana*, 2º ed, Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- GRANGER, G. G. *A ciência e as ciências*. São Paulo : Unesp, 1994.
- GERGEN, K. J. - Movimento do Construcionismo Social na Psicologia Moderna. *American Psychologist*, março de 1985. Disponível em : <http://www.swarthmore.edu/SocSci/kgergen1/web/page.phtml?id=manu21>
Acesso em: 01/10/2007.
- GERGEN, K. J. & KAYE, J. Além da narrativa na negociação do sentido terapêutico. In: MCNAMEE, S. & GERGEN, K. J. (orgs.) *A terapia como construção social*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1998, p. 201-222
- GIDDENS, A. *Sociologia*, Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1984, p. 9 - 27
- GOFFMAN, E. (1959) *A Representação do eu na vida cotidiana*. 9º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- HOFFMAN, L Uma Postura Reflexiva para a terapia da Família. In: MCNAMEE, S. & GERGEN, K. J. (orgs.) *A terapia como construção social*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1998, p. 13-33

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações Sociais. In: GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (org.) *Textos em representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 63-83

KAHHALE, E. M. P. (org.) *A diversidade da psicologia: uma construção teórica*, São Paulo : Ed. Cortez. 2002. p. 266- 277

KELLER, M.; Tróccoli, B. T. O uso do modelo do senso comum na promoção da saúde. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília , V.7, No. 2, p. 189-199, 1991.

LAX, W. D. O pensamento pós-moderno na Prática Clínica. In: MCNAMEE, S. & GERGEN, K. J. (orgs.) *A terapia como construção social*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1998, p. 86-105

MOREIRA, L. G. *Da linguagem do senso comum à linguagem do diagnóstico: reinterpretarão da queixa na clínica psicológica*. São Paulo, 1999. 177p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RORTY, R. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Ed Dumará, 1994.

SÁ, C. P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: Spink, M. J.(org.) *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo SP: Brasiliense, 1993, p. 19-45

SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. v.1.São Paulo: Cortez, 2000.

SAWAIA, B. B. Representação e ideologia – o encontro desfetichizador. In: SPINK, M. J. (org.), *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1993, p.73-84

SPINK, M. J. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cad. Saúde Pública* .vol.9 , no.3 ,Rio de Janeiro, July/Sept. 1993a

_____ O estudo empírico das representações sociais. In: SPINK, M. J. (ed.), *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1993b, p. 85-108

_____ *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SPINK, M. J. & FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In: SPINK, M. J (Org.) *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações Teóricas e Metodológicas*. 2a. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SPINK, M. J. & MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J (Org.) *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações Teóricas e Metodológicas*. 2a. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SPINK, M. J. & MENEGON, V. M. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, M. J (Org.) *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações Teóricas e Metodológicas*. 2a. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

WITTGENSTEIN, L. (1889-1951) *Investigações filosóficas*, In *Os pensadores*, 2 ed. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1979.